



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS, ORÇAMENTO, FISCALIZAÇÃO, CONTROLE E TRIBUTÁRIA.

Matéria: Projeto de Lei nº 154/2023

Autoria: PREFEITO MUNICIPAL

Ementa: AUTORIZA A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO A ABRIR CRÉDITO ESPECIAL NO VALOR DE ATÉ R\$ 1.780.246,00 (UM MILHÃO, SETECENTOS E OITENTA MIL, DUZENTOS E QUARENTA E SEIS REAIS) PARA ATENDIMENTO À EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 127/2022 – PISO SALARIAL NACIONAL DOS ENFERMEIROS, TÉCNICOS E AUXILIARES DE ENFERMAGEM E PARTEIRAS – CONSIDERANDO A PORTARIA GM/MS Nº 1.135, DE 16 AGOSTO DE 2023, INCLUSÃO DE FONTE DE RECURSO FEDERAL, NO ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Relatoria: MAURÍCIO VILA ABRANCHES

PARECER

A propositura em apreciação nesta Comissão, de iniciativa do nobre Prefeito Municipal, autoriza a Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto a abrir crédito especial no valor de até R\$ 1.780.246,00 (um milhão, setecentos e oitenta mil, duzentos e quarenta e seis reais) para atendimento à emenda constitucional nº 127/2022 – piso salarial nacional dos enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem e parteiras – considerando a Portaria GM/MS nº 1.135, de 16 agosto de 2023, inclusão de fonte de recurso federal, no orçamento do corrente exercício e dá outras providências.

A douta Comissão de Justiça se manifestou pela legalidade e cumprimento das formalidades regulamentadoras para a apresentação desta propositura.

Nos termos da Justificativa da projeção:

O presente Projeto de lei tem por objetivo autorizar a abertura de crédito especial no valor de até R\$ 1.780.246,00 (um milhão, setecentos e oitenta mil, duzentos e quarenta e seis reais), para a Secretaria Municipal da Saúde.

Trata-se de recursos transferidos pelo Fundo Nacional da Saúde – FNS, nos termos da Portaria GM/MS nº 1.135, de 16 de agosto de 2023, visando a assistência financeira





Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

complementar da União para cumprimento dos pisos salariais nacionais dos enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem e parteiras no exercício de 2023.

Os valores já foram recebidos pelo município, conforme demonstrativo em anexo, e deverão ser repassados aos estabelecimentos de saúde no prazo de 30 (trinta) dias, conforme estabelece o art. 4º, parágrafo único, da Portaria supracitada.

Acostou-se aos autos da projeção os seguintes documentos:

- A portaria GM/MS nº 1.135/2023, publicada em 16/08/2023 no Diário Oficial da União, constando, no respectivo anexo, a quantia destinada ao município de Ribeirão Preto enquanto assistência financeira complementar da União destinada ao cumprimento do piso salarial nacional dos enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem e parteiras para os meses de maio, junho, julho e agosto:

SP	354340	RIBEIRAO PRETO	MUNICIPAL	1.780.246
----	--------	----------------	-----------	-----------

- Em fls. 09, o detalhamento do pagamento, de acordo com o manual de Ordem bancária da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Por simples, conforme referido em justificativa e na documentação acostada aos autos projetivos, os recursos foram transferidos pelo Fundo Nacional da Saúde – FNS, nos termos da Portaria GM/MS nº 1.135, de 16 de agosto de 2023 ao município e deverão ser repassados aos estabelecimentos de saúde no prazo de 30 (trinta) dias, conforme estabelece o parágrafo único, do at. 4º, dessa Portaria de regência.

A medida visa à assistência financeira complementar da União para cumprimento dos pisos salariais nacionais dos enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem e parteiras no exercício de 2023, em diapasão com a Emenda Constitucional nº 127/2022¹.

Destarte, Comissão Permanente de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, no âmbito de suas atribuições estabelecidas no artigo 73 do Regimento Interno (Resolução nº 174/2015) analisou a matéria sob os prismas financeiro, contábil e orçamentário.

Diante da nobilíssima finalidade, da base constitucional da matéria, da necessidade imediata de implantação da medida, tendo em vista que o município já recebeu e tem urgência no

¹ Altera a Constituição Federal e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para estabelecer que compete à União prestar assistência financeira complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios e às entidades filantrópicas, para o cumprimento dos pisos salariais profissionais nacionais para o enfermeiro, o técnico de enfermagem, o auxiliar de enfermagem e a parteira; altera a Emenda Constitucional nº 109, de 15 de março de 2021, para estabelecer o superávit financeiro dos fundos públicos do Poder Executivo como fonte de recursos para o cumprimento dos pisos salariais profissionais nacionais para o enfermeiro, o técnico de enfermagem, o auxiliar de enfermagem e a parteira; e dá outras providências.





Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

repassa das quantias aos estabelecimentos de saúde, nos aspectos supra referidos, o mérito da propositura foi bem acolhido pela Comissão, a qual, após a análise e discussão, opina **favoravelmente** à **aprovação do Projeto de lei nº 154/23** pelo Egrégio Plenário.

Sala das Comissões, em 18 de setembro de 2023

MAURÍCIO VILA ABRANCHES

Relator



